



A Cobertura Política Em Períodos Não Eleitorais: Observação E Diálogo Com Produtores De Quatro Telejornais Curitibanos¹

Hendryo ANDRÉ²

Faculdades Integradas do Brasil, Curitiba, PR

RESUMO

Este trabalho é fruto de um monitoramento de telejornais realizado entre os meses de abril e julho de 2013 nos quatro principais telejornais curitibanos: Paraná TV, RIC Notícias, SBT Paraná e Band Cidade. Com o propósito de fomentar uma perspectiva qualitativa para a análise de conteúdos, a partir de um modelo híbrido de pesquisa que dialogou com o método de entrevistas semiestruturadas, o estudo traz aportes que ajudam a compreender a cobertura política em Curitiba mediante elementos das condições de produção noticiosa.

PALAVRAS-CHAVE: monitoramento de mídia; telejornalismo; cobertura política.

INTRODUÇÃO

Este artigo – recorte de um monitoramento de mídia realizado por integrantes do grupo *Estudos da Imagem*³ – procura considerar elementos contextuais que influenciam na qualidade técnica e editorial da cobertura política em períodos não eleitorais, adotando uma expectativa de avaliação construtiva das práticas jornalísticas. Essa perspectiva, extraída parcialmente de Canela (2008), engloba e fomenta o princípio de que a mídia é uma instituição central para os avanços cotidianos da democracia. Portanto, o papel da crítica é também perseguir alternativas viáveis e construtivas para que os produtores passem de fato a considerar os resultados obtidos pela análise.

Foram selecionadas peças jornalísticas referentes à temática política nos telejornais Paraná TV (RPCTV, afiliada da Rede Globo), RIC Notícias (RICTV, afiliada da Rede Record), Band Cidade e SBT Paraná (Rede Massa, afiliada do SBT), em abril (08 a 13/04), maio (13 a 17/05), junho (03 a 07/06) e julho (22 a 26/07), totalizando cinco edições de cada telejornal e, após a avaliação inicial do material, realizou-se entrevistas semiestruturadas com produtores. Os encontros, realizados durante o mês de novembro de 2013, almejavam compreender, mediante a contextualização das rotinas de produção das redações, como são os tratamentos dados à política nos quatro noticiários.

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 8 a 10 de maio de 2014.

² Professor das Faculdades Integradas do Brasil (UniBrasil). Mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), email: hendryoandre@gmail.com.

³ Vinculado ao CNPq, o grupo de pesquisa integra o Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPR e é formado por professores, pesquisadores e estudantes da UFPR e da UniBrasil.



EM BUSCA DE UM MODELO HÍBRIDO DE PESQUISA

Para incorporar perspectivas qualitativas para os estudos que se apropriam da análise de conteúdos é preciso ter em mente a necessidade de adotar um modelo metodológico híbrido. Do ponto de vista epistemológico, utiliza-se como premissa o fato de que deve haver uma ruptura ao pressuposto que opõe as vertentes qualitativa e quantitativa, afinal, “não há quantificação sem qualificação” (BAUER; GASKELL; ALLUM, 2004, p. 24) nem “análise estatística sem interpretação” (*Ibid.*).

A análise de conteúdos tem grande valia para a realização de pesquisas contemporâneas em jornalismo, inclusive em meios eletrônicos e digitais. Como método, além de poder “ser utilizada para detectar tendências e modelos na análise de critérios de noticiabilidade, enquadramentos e agendamentos” (HERSCOVITZ, 2010, p. 123), ela é um importante elemento quando se procura “descrever e classificar produtos, gêneros e formatos jornalísticos” (*Ibid.*). Além disso, o método mostra-se vantajoso para validar aspectos “da produção de indivíduos, grupos e organizações, para identificar elementos típicos, exemplos representativos e discrepâncias e para comparar o conteúdo jornalístico de diferentes mídias e diferentes culturas” (*Ibid.*).

Cappelle, Melo e Gonçalves (2003) lembram que, embora a análise de conteúdos tenha nascido como uma proposta teórico-metodológica para mensurar elementos quantitativos, os novos estudos conseguiram atribuir elementos qualitativos dentro dessa vertente metodológica. Assim, a proposta da análise de conteúdos diminui o grau de entropia inerente a uma pesquisa exclusivamente qualitativa. Ao mesmo tempo, ao procurar se complementar com outras perspectivas metodológicas, não cai na armadilha de fixar verdades absolutas, pois respeita as singularidades dos atores (GOLDENBERG, 2004). Em termos práticos, a tarefa de solucionar o impasse entre a objetividade de cunho estatístico, adotada pelas observações pioneiras de análises de conteúdos, e a subjetividade que marcam os primeiros estudos qualitativos foi pensada justamente a partir da complementaridade que as duas perspectivas teóricas têm entre si.

Ao estabelecer critérios objetivos e, ao mesmo tempo, possibilitar ao pesquisador traçar inferências sobre o contexto social no qual circundam o objeto (o que qualifica a investigação), a análise de conteúdos consegue “revelar o que está escondido, latente, ou subentendido na mensagem. Logo, ela pode ser utilizada tanto em pesquisas de cunho quantitativo, quanto qualitativo, nas ciências sociais” (CAPPELLE; MELO; GONÇALVES, 2003, p. 04). Assim, no que compete à operacionalização do



método, a análise de conteúdos agrega à pesquisa tanto uma função heurística⁴, enriquecendo a pesquisa exploratória, quanto serve de base para a administração da prova⁵ (*Ibid.*). Como essas duas funções estão lado a lado, o investigador tem a possibilidade de recriar novos instrumentos de avaliação:

(...) os analistas já orientados à partida para uma problemática teórica poderão, no decorrer da investigação, “inventar” novos instrumentos susceptíveis, por sua vez, de favorecer novas interpretações. Isto explica que, aquando destes procedimentos de ‘leituras sistemáticas’ (...) há muitas vezes uma passagem incessante do corpo teórico (hipóteses, resultados), que se enriquece ou se transforma progressivamente, para as técnicas que se aperfeiçoam pouco a pouco (lista de categorias, grelhas de análise, matrizes, modelos). Este vaivém contínuo possibilita facilmente a compreensão da frequente impressão de dificuldade no começo de uma análise, pois nunca se sabe exactamente “por que ponta começar” (BARDIN, 2010, p. 32).

Para delimitar o *corpus* de pesquisa foram consideradas três das quatro regras básicas para a constituição da análise, segundo Bardin (2010): *exaustividade* – uma visão geral sobre todas as 20 edições monitoradas para pinçar os conteúdos noticiosos voltados à política – *homogeneidade* – ou seja, o estabelecimento de critérios pontuais para a escolha e classificação das peças jornalísticas – e, por fim, *pertinência* – cuja atribuição principal é a adequação, “enquanto fonte de informação, de modo a corresponderem ao objectivo que suscita a análise” (BARDIN, 2010, p. 124). Embora o *corpus* delimitado seja uma amostra frente a outros assuntos veiculados pelos telejornais no período escolhido, a *representatividade*, última regra básica apresentada pela autora, não foi considerada como um princípio norteador para a delimitação do *corpus*, visto que não houve preocupações em compreender a amostragem da temática política frente a outros assuntos veiculados no objeto de investigação.

Com aporte das regras para a análise recomendadas por Bardin (2010), o período de monitoramento foi definido a partir de princípios elencados na proposta do *mês artificial*, e do cronograma de atividades do grupo de pesquisa ao longo do ano:

A amostra construída é considerada confiável porque seleciona cada dia da semana de uma semana distinta (a primeira segunda-feira de um mês, a segunda terça-feira do mês, a terceira quarta-feira do mês e assim sucessivamente); no caso do mês artificial, cada dia ou semana

⁴ A heurística é fixada por um conjunto de regras e métodos que visam à resolução dos problemas científicos. Para Bardin (2010, p. 31), “a análise de conteúdo enriquece a tendência exploratória, aumenta a propensão para a descoberta. É a análise para ‘ver o que dá’”.

⁵ O viés da “administração da prova” é uma função da análise de conteúdos para diminuir o grau de subjetividade do pesquisador. “Hipóteses sob a forma de questões ou de afirmações provisórias, servindo de directrizes, apelarão para o método de análise sistemática para serem verificadas no sentido de uma confirmação ou de uma informação” (BARDIN, 2010, p. 124).



pode ser recolhido de um mês distinto ao longo de um ano (HERSCOVITZ, 2010, p.131).

Em paralelo houve o desenvolvimento de uma planilha de monitoramento, montada em formato de questionário no sistema do *Google Docs* e, posteriormente, exportada para o *Microsoft Excel*. A planilha de monitoramento foi estruturada para servir de aporte para que os integrantes do grupo pudessem enxergar nuances na produção jornalística local.

Por outro lado, a intenção de realizar entrevistas semiestruturadas com indivíduos que convivem com as rotinas de produção dos quatro noticiários tem como finalidade dar uma função heurística à análise de conteúdos. Além disso, as entrevistas visam enriquecer a perspectiva do monitoramento de mídia, numa primeira tentativa de compreensão dos objetivos tácitos de cada telejornal e também das limitações enfrentadas pelas equipes de produção (HAMILTON, 2008).

Como os diálogos entre comunicação e política potencialmente trazem à tona assuntos nevrálgicos, além de seguir os conselhos de Gil (1999) para o desenvolvimento das entrevistas, utilizou-se de forma parcial aportes extraídos de Baym (2013). O pesquisador cedeu a transcrição completa da entrevista aos entrevistados, que puderam selecionar quais trechos podiam ou não ser identificados.

Num cenário ideal, o resultado oriundo da aplicação das técnicas de entrevista constitui uma forma de interação social particular, já que o pesquisador tem autonomia para interferir no processo, tornando a atividade científica menos imutável, ainda que necessite estar ligada a objetivos claros e pré-definidos. “Mais especificamente, [a entrevista] é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação” (GIL, 1999, p. 117). Disso resulta, por um lado, o receio de subjetividade no exercício e avaliação dos dados resultantes dessa técnica. Entretanto, de acordo com Gil (1999), a técnica da entrevista, amplamente utilizada nas ciências sociais, tem potencial para ofertar informações sobre vários elementos da vida social do entrevistado, aspectos cujas recorrências podem ser classificadas e até mesmo quantificadas, conforme interesse do pesquisador.

Por outro lado, a disponibilidade e disposição para responder os questionamentos e a possibilidade de fornecimento de respostas falsas de forma consciente ou inconsciente estão, para Gil (1999), entre as principais limitações da técnica – acredita-se que esse entrave possa ser parcialmente superado com a prática de observação prévia e sistemática de telejornais.



A entrevista semiestruturada, notabilizada por ser conduzida por “uma estrutura simples que permite uma comunicação dirigida, de conversação, de duas vias” (STACKS, 2008, p. 28), desenvolve-se gradualmente a partir de uma relação mínima de perguntas ou tópicos. Se essa opção metodológica, por um lado, perde em profundidade de conteúdos, por outro, tem como vantagem a viabilidade para a realização em períodos mais curtos de tempo e a facilidade para comparar as respostas.

EQUIPES DE TRABALHO NOS QUATRO TELEJORNALS

Um dos fatores basais para a compreensão das rotinas de produção e os reflexos disso na cobertura política é o conhecimento acerca das equipes de trabalho. Ao procurar destrinchar e sistematizar os elementos que norteiam a atividade, o estudo possibilita uma interpretação mais criteriosa dos dados levantados no monitoramento de mídia. Nesse caso, informações sobre a trajetória profissional desses jornalistas – como, quando e por que começaram a trabalhar na função que exercem – e uma avaliação sobre a equipe de trabalho são elementos fundamentais para a mensuração das potencialidades e barreiras enfrentadas por cada telejornal (HAMILTON, 2008) na cobertura política.

Band Cidade

Aline Nunes, pauteira do telejornal Band Cidade (veiculado de segunda-feira à sexta-feira, das 18h50 às 19h20), formou-se pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), em 2005. Iniciou sua trajetória na emissora como estagiária e foi contratada para trabalhar no extinto programa Band Pé no Rio, voltado à educação ambiental. Ainda exerceu outras funções dentro da emissora (repórter, editora-chefe) em programas distintos (Band Cidade, Paraná Acontece). Após o término do curso de graduação ingressou no mestrado e, ao concluí-lo, começou a lecionar numa faculdade particular de Curitiba. Abdicou temporariamente da docência e hoje concilia a atividade na Band à produção e apresentação do programa *Em Tese*, na UFPR TV.

Segundo Nunes (2013), a equipe do Band Cidade conta com três equipes nas ruas, fator que obriga a produção a reaproveitar assuntos já veiculados pelo Brasil Urgente Local, que veicula diariamente das 16h50 às 17h50, majoritariamente cobrindo temas ligados à violência e trânsito.



Paraná TV

Formado em 1991, em Ribeirão Preto (SP), Celso Castro é editor executivo da segunda edição do Paraná TV (veiculada de segunda-feira à sexta-feira, das 19h15 às 19h30, e aos sábados, das 19h10 às 19h30), onde trabalha em regime exclusivo desde 1999. Antes disso, foi jornalista na EPTV, afiliada da Rede Globo no interior de São Paulo e no Sul de Minas Gerais. Ao chegar a Curitiba, trabalhou por três anos no Grupo Paulo Pimentel (atual Rede Massa de Comunicação), período no qual teve empregos paralelos no Canal Nacional de Televisão (CNT), na Secretaria Estadual da Saúde e no Jornal do Estado (CASTRO, 2013), periódico cuja versão impressa passou, em junho de 2013, a ter o mesmo nome do portal de notícias Bem Paraná.

A equipe do Paraná TV é formada por dois produtores (um pela manhã e outro à tarde), três coordenadores de produção e 15 equipes de reportagem. O número de integrantes da equipe é considerado ideal para o jornalista, principalmente quando comparado a outras afiliadas da Rede Globo, como Porto Alegre e Belo Horizonte.

É possível perceber na fala do entrevistado valores fomentados pelo “padrão global de qualidade”, um princípio adotado pela Rede Globo na transição entre as décadas de 1970 e 1980 e cujos reflexos ditam ainda hoje parâmetros estabelecidos por boa parte do telejornalismo brasileiro. A noção assumida pela Rede Globo, “de ser ‘popular’ sem ser ‘popularesca’” (FREIRE FILHO, 2005, p. 172) criou no imaginário social uma visão de que a emissora conseguia aglutinar distintos critérios de excelência, fatores fundamentais para que a hegemonia desse padrão de qualidade e para a própria integração territorial por meio da tevê (*Ibid.*).

SBT Paraná

A pauteira do SBT Paraná (veiculado de segunda-feira à sexta-feira, das 19h20 às 19h45), Danielle Sisti, é a única entre os entrevistados que iniciou sua trajetória profissional no jornalismo impresso. No extinto O Estado do Paraná, pertencente ao ex-governador e ex-senador Paulo Pimentel, ela permaneceu na função de repórter da editoria Geral por quatro anos, até se tornar, respectivamente, editora de Turismo, de Geral, de Cidades e, por fim, pauteira. Trabalhou em paralelo para a Tribuna do Paraná, veículo conhecido pelo binômio de cobertura violência e esporte – na época também pertencente ao Grupo Paulo Pimentel, mas hoje vinculada ao Grupo Paranaense de Comunicação (GRPCOM). Está desde meados de 2012 na Rede Massa/SBT, onde simultaneamente elabora pautas para o SBT Paraná e o Jornal da Massa.



Segundo a jornalista, a equipe do SBT Paraná, que é composta por 12 profissionais, poderia incrementar mais ou dois ou três profissionais. No entanto, a pauteira considera que a própria formulação da pergunta remete a essa impressão de que faltam pessoas na equipe: “A gente sempre acha que falta, que mais gente seria legal, porque nosso dia a dia fica muito corrido” (SISTI, 2013).

RIC Notícias

Alessandra Consoli ocupa os cargos de editora-chefe e de apresentadora do noticiário RIC Notícias (que veicula por 40 minutos, de segunda-feira à sexta-feira, a partir das 20h00). Formou-se na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), em 1993. Dois anos depois ingressou na Rede Paranaense de Comunicação (RPCTV) – após ter tido experiência em assessoria de imprensa e em rádio – onde trabalhou por quase seis anos (quatro deles na sucursal de Londrina, na região Norte do Paraná). Menos de um mês após a saída da RPCTV, a jornalista ingressou na RICTV, onde está desde 2009 (CONSOLI, 2013).

Entre os noticiários noturnos que veiculam em Curitiba, o RIC Notícias é o último a entrar no ar, algo que gera a necessidade de criar, nas palavras da jornalista, um “cardápio” um pouco diferente dos demais. Dividido em quatro blocos, o telejornal privilegia notícias de cada uma das sucursais no primeiro bloco (inclusive, com apresentação local). Segundo a editora-chefe, o número de profissionais que atuam na equipe é insuficiente, fator que a força a reaproveitar materiais oriundos de outros telejornais da emissora e que amplia o desafio de segurar a audiência.

TRATAMENTO DADO À POLÍTICA NOS QUATRO TELEJORNAIS

A intenção nesta seção é descrever quais são os focos temáticos da cobertura política, os critérios adotados para a escolha de pautas políticas, as interferências externas na produção, os desafios para a elaboração de assuntos ligados à política, a autoavaliação da cobertura política realizada por cada telejornal, bem como uma visão da concorrência e das mudanças na cobertura política ao longo dos anos.

Band Cidade

Com uma equipe reduzida, o Band Cidade, assim como todos os demais noticiários estudados, não tem condições de disponibilizar equipes fixas nas casas parlamentares, seja no nível estadual ou municipal. Assim, mais uma vez o critério da



significância (TRAQUINA, 2005b) entra em ação quando o assunto é a temática política: “A gente sempre pensa as pautas de política no sentido de ‘no que isso que os políticos estão fazendo afeta a vida do cidadão?’” (NUNES, 2013). Segundo a pauteira, os bastidores da política não são foco do telejornal. “A gente tá todo dia vendo notícia política, mas muitas vezes aquilo não interessa em nada pras pessoas. Eu vejo muito isso em colunas políticas: dois terços [dos temas] é fofoca, não interessa em nada. A coluna é mais social do que política” (NUNES, 2013).

Como a temática política envolve assuntos tidos como difíceis para boa parte do público comum, um dos aspectos centrais para uma produção condizente com o que ela acredita é o fato de dar um teor quase pedagógico aos assuntos políticos:

Quando a gente foi fazer a cobertura da eleição pro TJ [Tribunal de Contas], quando o Fábio Camargo foi eleito [conselheiro], lembro que a primeira reportagem que a gente fez foi explicando porque aquilo era importante para o telespectador, ou seja, pra gente justificar por que da nossa cobertura sobre esse assunto, que parece ser tão distante das pessoas. Então a gente explicou o que ele [Fábio Camargo] faria no TJ (*sic*), qual seria o papel dele, qual a importância da instituição (...), porque ela cuida do dinheiro público. (NUNES, 2013).

A eleição do Tribunal de Contas do Paraná⁶ (TCE-PR), inclusive, é o único assunto no qual, segundo a jornalista, houve algum tipo de interferência da direção da Band. De acordo com a pauteira, a orientação da chefia foi que os jornalistas da casa cuidassem para não entrar numa clara campanha de mobilização contra a família Camargo: “[A direção orientou] que a gente fizesse jornalismo, que a gente procurasse ser imparcial, porque alguns veículos de comunicação, por seus motivos, tavam fazendo uma caça às bruxas. Vamos dizer [que] o pedido que a nossa direção fez foi que nós fizéssemos jornalismo (...), que não noticiasse a fofoca, e se preocupasse com os fatos” (NUNES, 2013). Por fim, Nunes disse não conhecer interferências externas na fase atual, apesar de há alguns anos ter havido um funcionário (que não integra mais o quadro, segundo ela) que constantemente procurava enviesar a cobertura política.

⁶ Em função da complexidade do caso, a jornalista estabeleceu uma confusão na resposta. O motivo é que 2013 foi marcado por dois assuntos de grande repercussão envolvendo o deputado estadual Fábio Camargo e o pai dele, Clayton Camargo. Fábio Camargo foi indicado pela Assembleia Legislativa ao cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná (TCE-PR), em julho de 2013, numa eleição bastante conturbada. Já Clayton Camargo assumiu a presidência do Tribunal de Justiça do Paraná em fevereiro, da qual foi afastado dez meses depois, após a constatação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de que o magistrado teve uma evolução patrimonial incompatível com as funções exercidas. Além disso, em julho, o CNJ abriu uma investigação para apurar a suspeita de que o então presidente do TJ tivera exercido tráfico de influências para que o filho assumisse a vaga de conselheiro do TCE-PR. Em ambos os casos houve extensa cobertura midiática. No segundo caso, em especial, o jornal Gazeta do Povo (pertencente ao Grupo Paranaense de Comunicação) foi proibido de divulgar notícias relacionadas ao caso, fato que fortaleceu a campanha de mobilização para a cassação de Clayton Camargo.



A pauteira afirma que não conhece bem a realidade dos três concorrentes, porque não tem tempo para assistir os noticiários das outras emissoras. No entanto, acredita que há desafios a serem enfrentados para avanços na cobertura política local. O primeiro deles, de acordo com ela, é conseguir perceber quais assuntos são plantados pelas assessorias políticas. Uma alternativa, na visão da jornalista, é tornar os assuntos ligados à temática acessíveis ao público, algo que só pode ser atingido a partir de um precedente: “Nosso desafio é justamente esse: conseguir explicar as coisas pras pessoas [para que elas] realmente entendam por que aquilo faz a diferença” (NUNES, 2013).

Paraná TV

Segundo Celso Castro, a cobertura de temas relacionados à política atende à premissa do interesse público, tanto para iniciativas e projetos convenientes realizados por qualquer uma das esferas políticas, quanto para denúncias de irregularidades. No monitoramento esse princípio parece ser seguido, embora haja naturalmente mais pautas que ressaltem problemas, um princípio básico na concepção de Traquina (2005a).

Às vezes, a gente chega na Assembleia e fala com o deputado: "Olha, a gente tem uma denúncia contra o senhor. Estamos investigando isso, isso e isso...". Sim, ele pode ligar aqui pra falar com o editor ou com produtor e dizer: "Oh, não coloca isso", mas não é da vontade dele que vai, vai dá nossa apuração. Se a denúncia tiver coerência, tiver prova, tiver embasamento, me desculpa, mas vai pro ar (CASTRO, 2013).

Em relação à concorrência, o diretor executivo do Paraná TV acredita que o telejornal costuma fazer uma cobertura bem variada. Ele ainda afirma que, ao contrário de alguns dos concorrentes, a equipe do Paraná TV procura fazer uma cobertura jornalística, inclusive na política, mais voltada ao interesse das pessoas. Isso só ocorre, na visão do profissional, porque o telejornal consegue manter-se independente frente a mais diversas autoridades.

Mais antigo jornalista no cargo entre os entrevistados, Castro acredita que não houve grandes mudanças na cobertura da área política desde que ingressou na RPCTV, em 1999. No entanto, ele destaca uma característica que, na opinião dele, diferencia o telejornal dos concorrentes: a investigação.

A gente fez algumas séries como os "Diários Secretos". O pessoal que trabalhou até ganhou o Prêmio Esso de jornalismo. Eu acho que assim, melhorou, a gente colocou gente exclusivamente pra trabalhar em investigação, e acabamos descobrindo bastante coisa. Então, eu acho que aprimorou a cobertura política na área investigativa. Eu não vi isso em nenhum jornal da concorrência (CASTRO, 2013).



O jornalista destaca um ponto, que é especialmente compartilhado pela editora-chefe do RIC Notícias, conforme será apresentado no item do noticiário, que é o fato de que a temática política causa certa repulsa no público. Para ele, esse é um dos principais desafios para quem trabalha com telejornalismo.

SBT Paraná

Após explicar que o principal critério para a inserção de temas políticos no SBT Paraná é o famigerado “interesse público”, a pauteira Danielle Sisti é a única entre os entrevistados a admitir que há similaridades entre a cobertura política dos quatro telejornais. Ao mesmo tempo, a concorrência não a preocupa, já que considera que o público-alvo do SBT Paraná é “bem definido”. “Acho que trabalhamos meio igual [aos concorrentes na temática política]. Damos bastante notícia do interior do Estado, talvez valorizamos um pouco mais, mas não sei dizer mesmo” (SISTI, 2013).

Um aspecto importante destacado pela pauteira, e cujas nuances são oriundas da escassez de mão de obra, é o fato de o telejornal evitar fazer suíte de assuntos políticos. Ela exemplifica: “A gente não precisa acompanhar toda a CPI da Urbs [Urbanização de Curitiba], mas os ‘finalmentes’, o que aconteceu, o final do relatório... Isso é notícia mesmo que seja [restrito a] Curitiba. O que for muito local não interessa, mas se for algo muito importante, que já está no final, interessa. Não interessa acompanhar todos os capítulos, mas interessa o resultado” (SISTI, 2013). Essa opção de cobertura fica evidenciada no monitoramento, quando se percebe que alguns assuntos são suítes no noticiário a partir de notas cobertas – com imagens repetidas.

O maior desafio é não ser tendencioso, na opinião da entrevistada, algo que pode ocorrer até mesmo em função de características exigidas pelo meio televisão:

Às vezes, sem querer a matéria fica pendendo muito pra um dos lados porque a fonte de um era melhor que a fonte do outro lado. Temos que cuidar muito com as fontes que serão utilizadas, porque eles não têm que opinar, eles têm que dar a informação. Quem tem que opinar é o telespectador. Nós temos a obrigação de informar sobre os dois lados da história (SISTI, 2013).

A jornalista complementa ao afirmar que a cobertura política estadual deveria ser mais profunda em todos os noticiários, mas que encontra dificuldades para ampliar o leque de assuntos em função de acreditar que o público provavelmente não irá permanecer assistindo o telejornal. Ao contrário do jornalista da RPCTV, Sisti acredita que as reportagens na área de política sempre tiveram um teor mais investigativo, fato



que a faz crer que a cobertura pouco se alterou desde que ela iniciou a carreira. Oriunda do jornalismo impresso, a pauteira do SBT Paraná sugere que com a crise dos impressos, cada vez mais fadados ao extermínio na opinião dela, o jornalismo como um todo perdeu os profissionais mais especializados.

Aquela coisa do jornalista que está todo dia na Assembleia, todo dia na Câmara, a tevê não tem isso, não tem equipe. E depois, televisão é outro público. O jornal não. A pessoa que abre o jornal na parte de política já é o leitor mais interessado, mais engajado. Então, eu acho que o que mudou foi isso. Eu acho que a questão do investigativo, e a falta de profissionais que acompanham o assunto durante vários anos, que conseguem fazer correlações do que ocorreu em 1989 com o que está ocorrendo agora, que entenda mesmo (SISTI, 2013).

RIC Notícias

Avessa ao tema política, a editora-chefe e apresentadora do RIC Notícias, Alessandra Consoli, destaca a eficiência da jornalista e comentarista de política do noticiário, Joice Hasselmann. Segundo ela, a jornalista é uma das poucas profissionais no mercado curitibano que mantém algumas das características que foram apontadas pela pauteira do SBT Paraná no item acima. Consoli alerta que a emissora desenvolveu uma pesquisa de teor qualitativo e constatou que o público “não gosta muito de política, mas ele gosta de ser informado sobre política” (CONSOLI, 2013). Segundo a jornalista, o próprio medidor do Ibope confirma a hipótese:

Nós temos nosso bloco minuto a minuto, quando a gente coloca uma matéria de política, cai. A não ser que seja uma notícia muito relevante, que vá mudar a vida da pessoa, ela deixa. Caso contrário é chato, porque política é uma coisa chata. Então, a gente tem a Joice que, como vive nesse mundo, ela traz coisa fresquinha, ela tá nesse mundo, então como comentarista a gente pode deixar ela um minuto até um minuto e meio no ar. Como não tem imagem, e volto a dizer você tem que se preocupar com imagem na TV, então às vezes a gente tem esse enfoque, tem a Joice, todos os dias ela tá com a gente, ela faz um ou dois comentários, isso vai do dia, da movimentação política e da relevância do assunto, mas é assim, são coisas pontuais, a gente não abre um bloco pra isso, não tem como fazer isso, tem que ir mesclando (...) o público tá cansado (CONSOLI, 2013).

Consoli acredita que a cobertura política da RICTV é equilibrada, e que isso se deve, em parte, a mudanças na percepção do público. Essa modificação de perfil, apontada pela profissional, faz com que os jornalistas tenham autonomia para argumentar contra assuntos ou enfoques sugeridos pela direção de qualquer emissora. A jornalista alega que não sofreu nenhum tipo de intervenção externa na cobertura política desde que começou na RICTV, ao contrário de quando trabalhava na RPCTV.

Na época que o [Antonio] Belinati foi cassado [da Prefeitura] e a TV tinha uma ligação estreita com ele. Então houve uma intervenção do Rio [de Janeiro] na RPC. Veio um interventor, o diretor de jornalismo foi demitido... Eu tava no começo da carreira. A cidade contra o prefeito que ainda não tinha sido cassado, e eu tendo que dar uma notícia tipo “coitadinho”, colocávamos ele chorando. Tive muita interferência política lá. Já aqui muitas pessoas falam: “Essa é a emissora dos bispos”, [mas] aqui a gente dá festa católica de Nossa Senhora (CONSOLI, 2013).

Em relação a mudanças e desafios, a jornalista é partidária da noção de que os profissionais precisam refletir sobre a diferença entre utilidade pública e politicagem.

CONSIDERAÇÕES

A Tabela 01 exemplifica o quanto a veiculação do tema é escassa, exceção que pode ser feita ao Paraná TV, veiculado em apenas 15 minutos. De acordo com os dados do monitoramento, entre as peças jornalísticas que exigem ida a campo com equipes completas (reportagem e entrevista externa) ou incompletas (nota coberta), o Paraná TV destaca-se com 62 notícias em 20 edições monitoradas, uma média de aproximadamente três aparições por edição. Na outra ponta, o SBT Paraná aparece com apenas 25 peças jornalísticas, uma oscilação pouco acima de uma pauta ligada à política por edição:

TABELA 01 – Peças jornalísticas que exigem ida a campo por telejornal

	Equipe completa		Equipe incompleta	Total
	Reportagem	Ent. externa	Nota coberta	
Band Cidade	30	*	06	36
Paraná TV	51	01	10	62
SBT Paraná	21	*	04	25
RIC Notícias	29	05	04	38
Total	131	06	24	161

Fonte: Estudos da Imagem (2013)

Esse carecimento de pautas ligadas à política não condiz com o princípio de produzir assuntos voltados ao interesse do cidadão ou cidadã, aspecto destacado constantemente por todos os entrevistados; em verdade, mais se aproxima de uma interpretação de teor deontológico do fazer jornalístico – ou seja, uma avaliação regida normativamente por premissas ou valores “universais” do que é exercer a atividade, e que por vezes pode se mostrar descontextualizada ou impraticável. Essa visão ortodoxa do fazer jornalístico é identificada nas entrevistas, especialmente quando o assunto em questão é a relevância do tema frente o público-alvo. Embora o campo da comunicação não tenha como finalidade governar, “interfere e influencia o ato de governar ao

agendar temas, requerer providências, propor soluções, criticar atitudes, seguir alternativas, produzir imagens públicas, engendrar climas sociais, enfim – e por tudo isso –, afetar a governabilidade” (RUBIM, 2000, p. 75).

Assim, ganha contorno nas entrevistas o fato de que os jornalistas escolhem as pautas políticas pelo “interesse público” – entre as bibliografias utilizadas neste trabalho compartilham deste princípio Traquina (2005a), quando discute valores da *comunidade interpretativa* dos jornalistas e, especialmente, Kovach e Rosenstiel (2003):

Mais de oitenta por cento deles [jornalistas] mencionou ver ‘no leitor, ouvinte ou telespectador nossa primeira obrigação’, como ‘um princípio básico do jornalismo’, numa pesquisa feita em 1999 sobre os valores da profissão. Em entrevistas separadas com um foco mais profundo, orientada por psicólogos, mais de setenta por cento dos jornalistas da mesma forma colocaram o ‘público’ como alvo de sua lealdade maior, bem acima dos padrões, deles próprio, de sua profissão e até mesmo de sua família (KOVACK; ROSENSTIEL, 2003, p. 84).

Além da questão do número de pautas ligadas à política, durante a pesquisa (especialmente na fase do monitoramento) houve uma tentativa de compreender a *abrangência política* das notícias. Entre as alternativas *Iniciativa Privada, Sociedade Civil, Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário*, entre as quais foi possível assinalar no questionário de monitoramento mais de uma delas, houve preponderância do Poder Executivo, exceção feita ao RIC Notícias:

TABELA 02 – Competência política do fato noticioso ligado à temática política

	Iniciativa privada	Sociedade civil	Poder Executivo	Poder Legislativo	Poder Judiciário
Band Cidade	12	20	29	26	*
Paraná TV	13	20	47	21	19
SBT Paraná	03	18	18	06	01
RIC Notícias	01	06	16	33	04
Total	29	64	110	86	24

Fonte: Estudos da Imagem (2013)

O número de pautas voltadas às ações da sociedade civil (20% do total) aponta para um campo de potencialidades de abordagem política ainda pouco explorado em telejornalismo, característica descoberta a partir das interpretações que os produtores fazem da área política. Durante as entrevistas não houve qualquer menção à cobertura política fora dos três poderes que formam o pilar da República. De acordo com Rubim (2000), a “crise” institucional que abala a política – e que interfere na própria concepção do fazer jornalístico – acontece “pelo esgotamento de instituições, práticas e valores, mas também pela emergência de novas configurações da política, muitas delas ainda em



amadurecimento e, por conseguinte, de dificultosa percepção nesse instante em que vivemos” (RUBIM, 2000, p. 26). Assim, por meio da fase de monitoramento e das entrevistas percebe-se que há defasagem no sentido do desenvolvimento de pautas ligadas à política pelo viés da sociedade civil. Há tentativas por parte dos produtores de adotarem essa perspectiva, mas ainda parece ser preciso encontrar opções para que as pautas possam cumprir aquilo que os produtores tanto frisaram nas entrevistas: fazer a temática política se tornar interessante para o telespectador.

Do ponto de vista de capacidade de cobertura, a dedicação exclusiva exigida a todos os funcionários do GRPCOM (a única brecha para o exercício de dois empregos no grupo é a atividade de docência) e maior equipe de trabalho garantem diferenças substanciais entre a cobertura da RPCTV e das demais emissoras. Isso tem inferências na produção técnica e editorial, já que os veículos do GRPCOM (especialmente o Paraná TV e o jornal impresso Gazeta do Povo) são tidos como espaços destinados à produção de reportagens de cunho investigativo. No entanto, durante o mês artificial não houve qualquer tipo de material similar veiculado.

Por outro lado, a falta de mão de obra faz com que as outras três emissoras sejam obrigadas a reaproveitar materiais de outros noticiários das emissoras, especialmente de programas voltados da violência urbana. Essa limitação de equipes e aproveitamento de matérias nas mesmas fontes colabora para que os três telejornais tenham uma cobertura política em menor número.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010.
- BAUER, Martin W.; GASKELL, George; ALLUM, Nicholas C. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento: evitando confusões. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 3. ed. São Paulo: Vozes, 2004.
- BAYM, Nancy. Fãs ou amigos?: Enxergando a mídia social como fazem os músicos. **Matrizes: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 7, n. 1, p.13-46, jan. 2013. Semestral. Disponível em: <<http://www.matrizes.usp.br/index.php/matrizes/article/view/429/pdf>>. Acesso em: 01 set. 2013.
- CANELA, Guilherme. Monitoramento de mídia, jornalismo e desenvolvimento. In: CHRISTOFOLETTI, Rogério; MOTTA, Luiz Gonzaga. **Observatórios de Mídia: Olhares de cidadania**. São Paulo: Paulus, 2008.
- CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes; GONÇALVES, Carlos Alberto. Análise de conteúdo e análise de discurso nas Ciências Sociais. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 5, n. 1, p. 69-85, 2003.



Disponível em: <<http://revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/251/248>>. Acesso em: 01 mar. 2012.

CASTRO, Celso. **Tratamento dado à temática política no telejornal Paraná TV**. Curitiba, Sede da RPCTV, 14 nov. 2013. Entrevista concedida a Hendryó André e Roberta Zandonai.

CONSOLI, Alessandra. **Tratamento dado à temática política no telejornal RIC Notícias**. Curitiba, Sede da RIC-TV, 12 nov. 2013. Entrevista concedida a Roberta Zandonai, Camile Kogus, Hendryó André e Franciele Fries.

FREIRE FILHO, João. Memórias do mundo cão: 50 anos de debates sobre o “nível” da TV no Brasil in BOUNANNO, Milly; LOPES, Maria Immacolata Vassalo de (org.) **Comunicação social e ética**. São Paulo: Intercom, 2005.

GIL, Antônio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. ed. 5. São Paulo: Atlas, 1999.

GOLDENBERG, Mirian. **A Arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

HAMILTON, Fernando Arteché. Monitorando telejornais: desafios e perspectivas. In: CHRISTOFOLETTI, Rogério; MOTTA, Luiz Gonzaga. **Observatórios de Mídia: Olhares de cidadania**. São Paulo: Paulus, 2008.

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. 3. ed. São Paulo: Vozes, 2010.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir**. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

NUNES, Aline. Tratamento dado à temática política no telejornal Band Cidade. Curitiba, Sede da UFPR TV, 12 nov. 2013. Entrevista concedida a Hendryó André e Franciele Fries.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Comunicação e Política**. São Paulo: Hackers Editores, 2000.

SISTI, Daniele. Tratamento dado à temática política no telejornal SBT Paraná. Curitiba, Sede da Rede Massa, 12 nov. 2013. Entrevista concedida a Hendryó André e Roberta Zandonai.

STACKS, Don W. **Dicionário de mensuração e pesquisa em relações públicas e comunicação organizacional**. São Paulo: Aberje, 2008.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: Porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2005a. v.1.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, 2005b. v.2.